



O SUL DE MINAS NO PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO DO ESTADO NACIONAL

Isaías Pascoal*

Instituto Federal de Educação do Sul de Minas – Campus

Inconfidentes

ipascoal@uol.com.br

RESUMO: Entre 1822 e o fim da década de 40, a classe dirigente brasileira enfrentou o desafio de construir o Estado Nacional. Os desafios e riscos postos foram enormes, e por quase três décadas foram a sua maior preocupação. Amadurecida social, econômica e politicamente neste período, as elites sul-mineiras se engajaram ao lado dos Liberais Moderados na tarefa de manter a ordem social. Este artigo procura analisar as formas da sua participação e as repercussões que elas tiveram em sua consciência política.

PALAVRAS-CHAVE: Estado Nacional – Política – Poder – Conflito – Ordem

ABSTRACT: Among 1822 – 1840 years, the Brazilian powerful class faced the challenge of creating the National State. The challenges and risks placed were enormous and for almost three decades they were the elite major concern. Socially, economically and politically matured at that moment, the South-Miner elite took part in the mission that aimed to keep the social order, side by side with the Moderated Liberals. This article intends to analyze how was their participation in the process and what was the repercussion of their acts.

KEYWORDS: National State – Politics – Power – Conflict – Order

Este artigo procura analisar as repercussões das lutas políticas para a formação do Estado Nacional brasileiro, entre os anos que vão do momento da independência ao final da década de 1840, no sul de Minas, mais particularmente em seu extremo sul, tendo na Vila de Campanha o seu centro.

Entre 1822 e o fim da década de 40, a classe dirigente brasileira enfrentou o desafio de construir o Estado Nacional. Os desafios e riscos postos foram enormes, e por quase três décadas foram a sua maior preocupação. Outros problemas importantes só puderam ser enfrentados quando o Estado brasileiro se consolidou no formato dado

* Doutor em Ciências Sociais pelo IFCH-UNICAMP. Professor no Instituto Federal de Educação do Sul de Minas – Campus Inconfidentes.

pelos saquaremas. Para a classe dirigente era urgente enfrentar o problema da institucionalização do país, costurar sua difícil unidade diante do exemplo de fragmentação da América espanhola vizinha, evitar o colapso da ordem social colonial, condição fundamental para o seu engajamento no processo emancipacionista. A essas tarefas ela se entregou com paixão messiânica.

O processo de construção do Estado Nacional brasileiro se constituiu de momentos muito conturbados: primeiro reinado e os conflitos que culminaram na renúncia de D. Pedro I; a regência e a nacionalização da elite política brasileira, a perda do centro de autoridade e hegemonia emanadas de D. Pedro I e das estruturas por ele criadas, a eclosão de crises que ameaçavam estraçalhar o Estado Nacional e os projetos que o emolduravam; o regresso e as mudanças conservadoras por ele operadas e a consolidação do Estado em fins dos anos 1940.

Esse processo, fundamental na história do Brasil, atingiu em cheio a sociedade no sul-mineira, em processo de transformação significativo. Exatamente quando o Brasil destruía o estatuto colonial e internalizava os centros de decisão, com a criação do Estado Nacional, no sul de Minas ocorria um grande processo de mudança na base econômica. Firmava o seu perfil agrário. Produzia artigos agro-pecuários para a subsistência local e para o comércio com a vizinhança, com São Paulo e, sobretudo, com o Rio de Janeiro. Crescia o seu contingente demográfico. Povoados, freguesias, distritos eram formados. Surgiam as primeiras vilas e cidades. Interesses econômicos ligados à agricultura comercial de subsistência se configuravam na formação de uma classe de proprietários agrícolas e pecuários, dedicados à comercialização de seus produtos em diversos mercados. Enquanto isso, na Corte, o país enfrentava os desafios da sua constituição como Estado livre e soberano. As lutas políticas aguçaram as crises, e os interesses econômicos e sociais tiveram que se definir. A elite econômico-social no sul de Minas, já desde o início do século, se ligara aos interesses econômicos da Corte.¹ Diante da nova realidade política, criada pela independência e pelo processo crítico de construção do Estado, foi, também, engajada na luta, que culminou no período regencial, quando a primeira geração de políticos da região amadureceu. Sua participação alcançou maior densidade nos críticos nove anos da fase regencial, em que

¹ PASCOAL, Isaías. Economia e trabalho no sul de Minas no século XIX. **Revista Economia e Sociedade**, v. 16, nº 2, p. 259-287, 2007.

o edifício social, institucional e político brasileiro quase ruiu. A classe política e a sociedade sul mineira se agitaram e participaram nas lutas que então se desenrolavam. Quando teve início o Regresso e as reformas por ele conduzidas superaram a crise político-institucional, em longo processo que viu a campanha pela antecipação da maioria de D. Pedro II ser aprovada, e a complementação do arcabouço jurídico-político-institucional do Estado Nacional, no sul de Minas já havia se consolidado uma sociedade bem definida como uma entidade (uma realidade) histórico-social visível e explícita, enraizada na propriedade agrária produtora de artigos voltados à subsistência.

UMA REFLEXÃO SOBRE AS EXIGÊNCIAS DO ESTADO NACIONAL: A INDEPENDÊNCIA E O PROCESSO DE FORMAÇÃO DO ESTADO NACIONAL.

Os acontecimentos que se desenvolveram no Brasil entre 1808 e 1850 fazem parte de um processo social de grande importância. Estão inseridos na transição do Brasil colônia a país livre. Trata-se de construir um Estado soberano não mais sujeito às restrições coloniais. Será necessário buscar uma nova configuração da sua política e da sua organização econômica e estruturar a soberania nacional, definida como o poder para arrumar e configurar o seu espaço interno.² Essa soberania não é absoluta, como quase tudo na vida social. Ela se insere no contexto internacional, que é palco de múltiplas relações entre entidades políticas assimétricas em poder. O condicionamento derivado das forças econômicas e políticas internacionais cria uma situação histórica que atua no sentido de limitá-la.

Entre 1808 e 1850, o Brasil vivenciou as vicissitudes oriundas da transição da sua condição de sociedade submetida ao estatuto colonial para a realidade de país soberano no contexto internacional, com poder de estruturar o seu espaço interno política, social e economicamente, condicionado pelas limitações impostas pelo cenário externo. Ao fazer isto, na verdade, era a construção do Estado-nação que ocorria.

O processo foi lento, difícil, porque cheio de obstáculos, como havia sido para todos os povos. A construção do Estado-nação exige a superação dos localismos, das identificações micro-estruturais, articulada numa identificação maior, materializada na

² Cf. FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**. Ensaio de interpretação sociológica. 3. ed. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1981.

Nação e no Estado.³ Não significa o fim dos localismos, das identificações micro-estruturais, mas um rearranjo que as localiza num outro patamar. Se, para os países europeus, o processo foi secular e construído em meio a confrontos de todo tipo, inclusive armados, para as regiões periféricas, egressas do estatuto colonial, como o caso da América Latina, as dificuldades foram de toda ordem. Muito embora na Europa a força da tradição, que remonta à idade média, com os seus particularismos, casas reais, linhagens nobiliárquicas, tenha sido um peso ausente na América.

A criação do Estado-nação era uma exigência da sociedade, ou pelo menos da sua elite, saída do colonialismo. A grande questão para ela era: como organizar a massa disforme herdada do período anterior senão através de um conjunto de instituições centralizadas, encarnadas na aparelhagem do Estado e com poder de impor a ordem?

O Estado moderno é um agrupamento de dominação que apresenta caráter institucional e que procurou (com êxito) monopolizar, nos limites de um território, a violência física legítima como instrumento de domínio e que, tendo esse objetivo, reuniu nas mãos dos dirigentes os meios materiais de gestão.⁴

O Estado moderno não convive bem com poderes privados que competem com a sua ânsia de monopolizar o poder. A fragmentação da América hispânica está ligada a lutas intestinas de poderes rivais, entre outros fatores. Onde um poder se cristalizou e se impôs, a estabilidade permitiu um relativo grau de institucionalização como na Argentina pós-Mitre, Chile e Brasil.

A sociedade brasileira vivenciou por muito tempo em sua história a força e a resistência dos poderes privados. O Estado não teve outra opção senão conviver e aceitar, por longo tempo, o seu arbítrio. Oliveira Vianna tem uma reflexão muito profícua sobre a incoesão da sociedade brasileira, nascida no início da colônia e dispersa pelo vasto território. Frente aos desafios cotidianamente postos, as pessoas buscavam se congregar, através da formação dos clãs parentais. Mais tarde, quando a possibilidade de emancipação se colocou no horizonte do país, a sua realidade social estava marcada pelos localismos, pela lealdade pessoal aos potentados, pela tradição cultural de obediência e ausência de sentimento coletivo republicano. Emoldurado por essas teias

³ Cf. GIDDENS, Anthony. **O estado-nação e a violência**. Tradução de Beatriz Guimarães. São Paulo: Edusp, 2001.

⁴ WEBER, Max. **Ciência e política**: duas vocações. 4 ed. Brasília / São Paulo: Editora Universidade de Brasília / Cultrix, 1983, p. 62.

tradicionais de poder é que o desafio histórico de construir o Estado-nação foi enfrentado. Tarefa para homens de visão: “homens de 1000”.⁵ Quando o Estado dispôs de maiores poderes foi aos poucos se impondo e limitando a atuação dos poderes privados. Numa situação ideal: “[...] o Estado moderno tem por ponto de partida o desejo de o príncipe expropriar os poderes privados independentes que, a par do seu, detêm força administrativa”.⁶

Refletir sobre os acontecimentos que integram esse processo, exige uma palavra sobre a categoria nucleadora deste artigo: o Estado-Nação. Para quem vive nos dias de hoje (podemos recuar até o século XIX) ela pode parecer natural, quando, na realidade, é um produto histórico-social. Nação e Estado não são naturais, *ad aeternum*.

Alguns pressupostos da entidade “Estado Nacional” serão estabelecidos para que a sua utilização não pareça gratuita. Eles se baseiam nos estudos feitos pelo historiador Eric Hobsbawm e pelo sociólogo Max Weber. Embora um outro tratamento possa ser dado à questão, para o entendimento do processo que se verificou na América Latina, especialmente no Brasil, foram adotadas algumas perspectivas que podem contribuir para um melhor entendimento da questão e que vão assim esquematizadas:

1 – A realidade do que hoje se entende por nação só se tornou um fato na virada do século XVIII para o XIX, quando ela se encaixa com outra realidade política, que é a figura do Estado e assume a configuração de Estado-Nação. O contexto para a ocorrência desse processo foi o início da mudança verificada na Europa na transição da sociedade rural e agrária para a urbana e industrial, quando as antigas lealdades locais, de parentesco, de súditos para com as dinastias, estão fragilizadas e em alguns lugares extintas, requerendo uma nova forma de organização política, materializada no aparecimento do Estado-Nação.

2 – O fenômeno Estado-Nação é de constituição recente:

[...] os últimos dois séculos da história humana do planeta terra são incompreensíveis sem o entendimento do termo nação e do vocabulário que dele deriva. O termo parece expressar algo importante nos assuntos humanos. [...] As nações ... não são tão antigas quanto a

⁵ VIANNA, Oliveira. **Instituições Políticas Brasileiras**. Belo Horizonte / São Paulo / Niterói: Itatiaia / EDUSP / Editora da Universidade Federal Fluminense, 1987. V. 1.

⁶ WEBER, Max. **Ciência e política: duas vocações**. 4. ed. Brasília / São Paulo: Editora Universidade de Brasília / Cultrix, 1983, p. 61.

história. O sentido moderno da palavra não é mais velho que o século XVIII.⁷

3 – Só faz sentido entender a Nação quando relacionada a uma certa forma de Estado territorial moderno, o Estado-Nação. Embora a utilização do conceito “nação”, sobretudo na Europa, exija matizações, pois lá séculos de história criaram muitos tipos de identificações, algumas das quais confluíram para a sua formação, na América Latina pode-se dizer que a nação é um produto da ação política do Estado. Não é ela que o forma. Há uma engenharia política na sua constituição. O Estado, por meio dos seus dirigentes, cria rituais e cerimoniais políticos capazes de fundir sentimentos de lealdade e de identificação da população, e que ultrapassam a devoção a uma religião, dinastia ou parentesco. A partir daí é que a língua, a etnia, podem ser referenciais para a identificação da nação. O fator político presente na atuação do Estado é fundamental para a conformação da nação. O nacionalismo, uma ideologia, pode então até emergir, gerado no interior do espaço político delimitado pelo Estado.

É um processo que vem de cima. Ou seja, a nação é plasmada pelo Estado. Ele supõe a presença do território, base material para a sua atuação, onde será exercida a soberania, que é um outro elemento requerido pela sua existência e ação. Soberania entendida como a capacidade de estruturar politicamente o espaço interno, de acordo com as relações entre as forças sociais que disputam a hegemonia política em seu interior. Aí é que o poder político vai se constituir, entendido no sentido que lhe deu Weber, como: “[...] a capacidade de impor a própria vontade numa relação social”.⁸

Nesse espaço geográfico delimitado, locus da vida social de variados grupos humanos, constituídos em nação, após a superação das lealdades anteriores pela ação política continuada do Estado, é que o grupo dominante, ou grupos dominantes associados, poderão impor o seu projeto político, econômico e social. Segundo Weber,

A uma associação de dominação denominamos política, quando e na medida em que sua subsistência e a vigência de suas ordens, dentro determinado território geográfico, estejam garantidas de modo contínuo mediante ameaça e aplicação de coação física por parte do quadro administrativo. Uma empresa com caráter de instituição política denominamos Estado, quando e na medida em que seu quadro

⁷ HOBSBAWM, Eric J. **Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, p. 11-13.

⁸ WEBER, Max. **Economia e sociedade**. 3 ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1984, p. 33. V. 1.

administrativo reivindica com êxito o monopólio legítimo da coação física para realizar as ordens vigentes.⁹

4 – Aceitar que a nação é plasmada pelo Estado e que ele impõe às pessoas um dever político acima de qualquer outro referencial, não implica em concluir pela exclusão de outras formas de lealdades. A lealdade política ao Estado é mais forte, mas convive bem com outras, desde que elas não o fragilizem, pondo em risco a sua existência, ou supremacia. Segundo Weber:

Sempre encontramos, junto com o conceito de “nação”, a referência à relação com o “poder” político, e evidentemente o “nacional” é, portanto, uma espécie particular de comoção que, num grupo humano unido por uma comunidade de língua, de confissão, de costumes ou de destino, se vincula à idéia da organização de uma unidade política poderosa própria, já existente ou ainda aspirada, e que se torna tanto mais específica quanto mais ênfase se põe no “poder”.¹⁰

5 – Se a nação brota pela ação do Estado, não quer isso significar que ela nasça do nada. É muito importante lembrar aqui o que Eric Hobsbawm chama de proto-nacionalismo popular, que pode ser o núcleo a partir do qual age mais incisivamente o estado: “[...] as nações são fenômenos duais, construídos essencialmente pelo alto, mas que, no entanto, não podem ser compreendidas sem ser analisadas de baixo, ou seja, em termos de suposições, esperanças, necessidades, aspirações e interesses das pessoas comuns”.¹¹

A ação do Estado sobre essa massa populacional, que não é naturalmente nacionalista, nem constituída originalmente em nação, se mistura com variados sentimentos locais, práticas religiosas, lealdades a potentados e regionalismos. A ação do Estado se faz no sentido de generalizar o sentimento nacional, a lealdade ao Estado-nação, a partir de sentimentos preexistentes com os quais terá de interagir. Na realidade, é um amálgama de forças e sentimentos o resultado da ação do Estado, mas capaz de criar uma nova identidade (que é política: o Estado-nação) que suplanta as demais e se torna um referencial para toda a população.

⁹ WEBER, Max. **Economia e sociedade**. 3. ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1984, p. 34. V. 1.

¹⁰ Ibid., p. 277.

¹¹ HOBBSAWM, Eric J. **Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, p. 20.

O processo de constituição do Estado nacional é longo, difícil e exige atuação da força, da violência, mesclada com ideologia, rituais capazes de insuflar na massa populacional ideais, sentimentos e referenciais que cimentem o conjunto. Weber afirma que,

É evidente que, para associações políticas, a coação física não constitui o único meio administrativo, tampouco o normal. Na verdade, seus dirigentes servem-se de todos os meios possíveis para alcançar seus fins. Entretanto, a ameaça e, eventualmente, a aplicação dessa coação são seu meio específico e constituem a última razão sempre que falhem os demais meios.¹²

De qualquer forma, constituído o Estado, uma ordenação política é implantada de acordo com a relação de forças em disputa. Ela vai operar o poder político, estruturando as relações sociais no interior do Estado, buscando a realização dos objetivos dos grupos que detêm a hegemonia no espectro social, embora isso não deva significar a exclusão de anseios dos demais setores. Por vezes, é impossível desconhecê-los.

É com base nesses pressupostos que será analisado o período crucial da história social do Brasil, nos momentos que vão da independência até 1850. No primeiro momento, o estatuto colonial é destruído, e o Brasil se vê diante do desafio histórico de se construir a partir da herança deixada pela situação colonial. O segundo momento expressa a conclusão do processo, quando outras preocupações vão entrar em cena e ancorar as acomodações e conflitos sócio-econômicos e políticos. Nesse meio tempo, as forças sócio-políticas sul-mineiras emergem como um sujeito coletivo. Participam plenamente do jogo fundamental que está se desenrolando no Brasil.

O ENGAJAMENTO SUL-MINEIRO

Nesse período, as forças sociais dominantes no sul de Minas não viam outra opção senão engajar-se na luta para firmar o Estado, definir suas instituições e aparato jurídico, para garantir a paz e a estabilidade, fundamentais para a reprodução da vida social na forma como então se materializara. Um outro arranjo jurídico-institucional, como o preconizado por outras forças do espectro político, como na visão dos caramurus e dos exaltados, não indicava solidez e transmitia insegurança. Ao lado dos

¹² WEBER, Max. **Economia e sociedade**. 3 ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1984, p. 34. V. 1.

Moderados, as forças sociais hegemônicas no sul de Minas se sentiam imbuídas de uma missão salvacionista, na qual acreditavam e para qual devotavam suas forças, recusando apoio aos que elas entendiam ser aventureiros, tidos como perigosos para a estabilidade da jovem nação que se constituía. Aventureiros, na sua forma de interpretar a conjuntura, eram os que queriam um arranjo institucional absolutista. Os que suspiravam pela volta de D. Pedro I ao trono. Os que ansiavam por reformas consideradas perigosas e incompatíveis com o estado da sociedade brasileira naquele momento, e que lançavam mão de motins, sedições e pronunciamentos populares como tática de luta, criando uma situação explosiva, perigosa, que podia conduzir à fragmentação territorial do país e a lutas intestinas. Não eram considerados patriotas. Estariam a serviço de interesses excêntricos, egoísticos, não identificados com os interesses nacionais, os únicos tidos como aceitáveis e racionais, que os Liberais Moderados julgavam expressar. Essas forças políticas moderadas, em nível nacional e no sul de Minas, identificavam os seus interesses com os da nação, atitude de racionalização de toda classe que busca ser hegemônica.

Ligada economicamente à Corte, elas teriam a perder se outro fosse o desfecho dos embates políticos. Queriam a paz social e a estabilidade para que o fluxo mercantil permitisse a reprodução da sua vida social, embora sua opção não possa ser reduzida ao âmbito estritamente econômico. Esse caminho era apontado pelos moderados, que anteviam um Estado Nacional em que o poder político configuraria um arranjo jurídico-institucional capaz de garantir a ordem e sua supremacia social. Garantir a supremacia social, para eles, não era o mero gozo egoístico da própria fortuna, mas a realização do projeto civilizador consubstanciado num Estado monárquico, parlamentar, constitucional e representativo, com relações econômicas livres com outros Estados, mesmo com a cidadania limitada pelo caráter censitário e indireto do processo eleitoral, além da manutenção da escravidão.

Desta forma, torna-se possível explicar o comportamento político legalista, intolerante para com os recalcitrantes, imbuído de uma mentalidade salvacionista em prol do modelo político definido pelos moderados, durante todo o tempo de luta em torno da definição do Estado após a independência. Este comportamento era visto como cívico, uma obrigação dos cidadãos de bem, ao qual não podiam se furtar.

O jornal **O Recopilador Mineiro**, nº 2, de 01 de janeiro de 1834, editado em Pouso Alegre pelo padre José Bento, um dos mais importantes representantes políticos da sociedade sul mineira nesses momentos de crise aguda, expressa bem essa idéia: “Em toda parte não se ouve senão o grito de vingança sobre os inimigos da Pátria; e este grito é salutar porque não é anárquico e mantém alerta o espírito nacional”.

Ao participar do processo com força e resolução, sua consciência política adquiriu solidez e transparência. Uma cultura política bem definida emergiu, marcada pela adesão incondicional ao projeto sócio-econômico e político dos Liberais Moderados, que, após a abdicação de D. Pedro I em 1831, conduziram as lides políticas, inspiradas no ideário liberal. Para essa elite liberal moderada, a manutenção da integridade territorial do império brasileiro, a liberdade comercial (mesmo que ao preço da subordinação aos interesses da economia inglesa), a manutenção das relações de produção escravistas e do status social oriundos do período colonial, e a construção do espaço político e social interno de acordo com o seu projeto, eram inegociáveis. A classe dominante no sul de Minas comungava plenamente desses ideais e se tornou uma base social estável para as lutas renhidas que se desenrolaram no cenário político. Poucas vezes sua adesão foi tão incondicional. Ela conseguiu engajar outros setores sociais não-dominantes numa expressiva força coadjuvante, mobilizada em diversas ocasiões para a manutenção da ordem social e política. Os que não se identificavam com esse projeto foram perseguidos, presos, mortos, estereotipados como inimigos da nação, anarquistas, monstros e, por isso, passíveis de eliminação.

Os ideais desses setores dominantes foram erigidos como os únicos racionais, identificados com os interesses coletivos da nação. A categoria *nação* é a que mais perceptível em seus discursos que podem ser acompanhados pelos jornais e atas das Câmaras Municipais e em outros instrumentos de expressão do seu pensamento.

Essas forças dominantes eram compostas por grandes proprietários de terra, comerciantes, proprietários-comerciantes, homens poderosos socialmente, como o fazendeiro Custódio José Dias, grande criador de gado na região de Alfenas;¹³ o tenente-coronel Caetano Ferreira da Costa e Silva, de São Caetano da Vargem Grande,¹⁴ homem de grande destaque na repressão aos rebeldes liberais de 1842; o barão do Rio

¹³ VALLADÃO, Alfredo. **Vultos nacionais**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1955, p. 355.

¹⁴ GUIMARÃES, Armelim. **História de Itajubá**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1987, p. 99.

Verde e o comendador Francisco de Paula Bueno, de São Gonçalo da Campanha,¹⁵ homens de relações de amizade e parentesco nas poderosas famílias Itaboraí e Uruguai, no Rio de Janeiro; senador José Bento, de Pouso Alegre;¹⁶ Antônio de Barros Mello, maior chefe do partido conservador em Pouso Alegre;¹⁷ o capitão Porfírio Bueno Brandão, o major Francisco de Paiva Bueno (pai de Júlio Bueno Brandão, um dos mais poderosos políticos mineiros no período final do império e início da república), o abastado fazendeiro José Antônio de Lemos (padrasto de Silviano Brandão, uma das mais proeminentes figuras políticas de Minas, entre o final do império e início da república) de Ouro Fino;¹⁸ o comendador Paula Ferreira,¹⁹ de Campanha, amigo de políticos importantes, como Limpo de Abreu, Feijó e Vasconcelos. Junto a esse batalhão de homens poderosos econômica, social e politicamente, sobressaíam figuras que participavam da sua visão de mundo, freqüentavam suas casas, lutavam pelos mesmos ideais sócio-políticos, mas que formavam uma outra categoria social: os padres, como José Bento, José Custódio Dias, Quadros Aranha, Joaquim Daniel, José Pedro de Barros (todos do eixo Pouso Alegre-Campanha), oficiais da guarda nacional, delegados e subdelegados, como Julião Florêncio Meyer de Pouso Alegre; e, sobretudo, os magistrados, como o juiz de direito de Pouso Alegre, Bernardino José de Campos, e Tristão Antônio de Alvarenga, que serviu em várias localidades do sul de Minas, e a imensa família Junqueira espalhada por toda região.

Essas personagens formam a classe dominante no sul de Minas. Todos com a mesma visão da política, da economia e da manutenção das relações sociais escravistas. Para elas não havia incompatibilidade entre o liberalismo professado e a presença da escravidão, tida como natural, sendo inconcebível qualquer alternativa.

A sua forma de agir se articulou de várias formas na região. Uma delas foi por meio da Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional, organizada em várias localidades do sul de Minas.

¹⁵ Cf. REZENDE, Francisco de Paula Ferreira de. **Minhas recordações**. Belo Horizonte / São Paulo: Itatiaia / Editora da Universidade de São Paulo, 1988, p. 306.

¹⁶ VALLADÃO, Alfredo. **Vultos nacionais**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1955. p. 414-421.

¹⁷ QUEIRÓS, Amadeu de. **O senador José Bento**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1933, p. 112.

¹⁸ LEITE, Aureliano. **São Francisco de Paula de Ouro Fino nas Minas Gerais**. São Paulo: Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais, 1941, pp. 78-82.

¹⁹ REZENDE, 1988, op.cit., p. 145.

A Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional foi criada por Borges da Fonseca em 1831, visando a formação de uma aliança entre moderados e liberais exaltados que haviam fracionado e abandonado o grupo dos farroupilhas após o sete de abril. Membros da regência, do parlamento, militares e agitadores, filiaram-se à sociedade. A Sociedade alcançou ampla divulgação e filiação. Ela atuava dirigindo representações à câmara e ao governo. Era um grupo de pressão. O contato pessoal com as autoridades mais diversas era a forma de aliciamento e atuação. A sua difusão pelo país e a sua força foram tão amplas que um analista assim se expressou: “Foi na realidade outro Estado no Estado; porque sua influência era a que predominava no gabinete e nas câmaras; e sua ação, mais poderosa que a do governo, se estendia por todos os ângulos do império”.²⁰

Evaristo da Veiga fez da Defensora um dispositivo de poder próprio para o poder executivo. Ela foi o mais importante ponto de apoio político à ação ministerial de Feijó, que encarnava a união de um pensamento liberal com executivo forte e independente politicamente.

A Defensora, embora atuando fora das instituições políticas, atuava politicamente. Uma entidade da sociedade civil, a mais forte naquele período, atuando de forma orgânica, reunindo pessoas influentes, e outras nem tanto, articulando idéias, apoios, como um grande partido político. Ela assimilou a tendência da época e incorporou o ideal dos moderados. Por isso, com muita facilidade, chegou ao sul de Minas no mesmo ano da sua fundação e instalação no Rio de Janeiro, e teve rápida difusão. Já em 1831 se noticiava a sua presença nas cidades da região. Segundo Alcir Lenharo, o **Aurora** de 20 de maio de 1831, número 474, noticiava a sua disseminação pelo sul de Minas, com implantação de filiais em Campanha, Pouso Alegre, Baependi, Lavras, Caldas, Sapucaí, Ouro Fino, Douradinho, São Gonçalo e Itajubá.²¹

Como fazia no Rio de Janeiro, a Defensora atuava como uma organização civil na sociedade, unindo os indivíduos, que isolados pouco podiam fazer, em uma agremiação capaz de exercer pressão sobre as câmaras municipais, expedindo ofícios para várias autoridades, organizando as pessoas para que certos objetivos fossem

²⁰ CASTRO, Paulo Pereira de. A experiência republicana, 1831-1840. In: HOLANDA, Sérgio Buarque. (Org.). **História Geral da Civilização Brasileira**. 5. ed. São Paulo: Difel, 1985, p. 13. Tomo II. 2. V.

²¹ LENHARO, Alcir. **As tropas da moderação**: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1808-1842. São Paulo: Símbolo, 1979, p. 123.

alcançados. Tornou-se um importante instrumento de luta e organização dos liberais moderados no sul de Minas, que se colocaram, sem tergiversações, a favor da moderação e manutenção da ordem.

A Defensora cumpriu bem esse papel na medida em que articulou cidadãos comuns, sem projeção política, para a grande obra política a que se propuseram os liberais moderados: a institucionalização da revolução do sete de abril nos parâmetros do liberalismo, a bandeira orientadora da grande mobilização que levou D. Pedro à renúncia.

Junto com a imprensa da região, a Defensora tornou-se a organizadora da opinião pública capaz de rápida mobilização, capaz de criar pressão ideológica e política sobre as instituições, e expandir seus ideais para fora do pequeno núcleo dos cidadãos, atingindo o povo, sobretudo o que se encontrava nas cidades. O jornal **O Recopilador**, de Pouso Alegre, nº 82, de 23 de novembro de 1833, relata um fato muito expressivo do seu espírito de mobilização geral, num momento de grande efervescência política (período regencial), amplificado em Minas pela **Sedição de Ouro Preto** em 1833. Trata-se da convocação de mulheres para se associar, participar de reuniões em favor da mobilização em prol do grande objetivo: o combate aos restauradores:

[...] reunidos em sessão... no dia 17 aqui, deliberamos que fossem levados por uma comissão de três senhoras já sócias à presença de nossas consortes, irmãs e filhas, convidando-as para que unidas conosco em torno da Liberdade e Independência da nossa pátria, possam ter a glória de nos ajudarem a vencer nossos inimigos. O dia 26 do próximo dezembro foi marcado para a recepção solene de todas as senhoras que quiserem ser sócias. Elas comparecerão em pessoa ou por suas procuradoras... e assim unidos debelaremos sem temor quaisquer inimigos.

A Defensora captava a forte tendência da elite política brasileira em lutar por um governo liberal, não-tirânico, diferente do que tinha sido o de D. Pedro I, em reprovar o que considerava anarquia, tanto dos caramurus quanto dos farroupilhas, que poderia dissolver a sociedade em conflitos e guerras intermináveis, degenerar as instituições e fragmentar o país.

Ela uniu, tanto no Rio como no sul de Minas, os homens que diziam querer a paz e a liberdade regradas, para enfraquecer os que consideravam anarquistas. Ela seguiu a grande idéia traçada por Evaristo: “Os bons patriotas devem trabalhar para que

a revolução gloriosa de abril se não perca nos abismos da dissolução social. O despotismo é sempre despotismo, quer exercido por um homem ou por muitos”.²²

A Sedição de Ouro Preto de 1833 possibilitou uma ampla atuação das Defensoras na região. Em Pouso Alegre ela ficou em alerta permanente. Contribuiu de todas as formas para a causa da legalidade, como demonstra Amadeu de Queirós: “Por intermédio do sargento-mor Francisco de Paula Pereira e Mello, comandante da guarda nacional, a Sociedade Defensora ofereceu fundos para a aquisição de mantimento”.²³

O jornal **O Recopilador**, nº 109, de 05 de março de 1834, traz uma quantidade imensa de textos da Defensora de Pouso Alegre e Campanha, demonstrando o caráter orgânico das relações e ações dos liberais do sul de Minas, e a teia de envolvimento criada por eles, englobando jornais, partido, imprensa e pessoas que militavam em todos eles (como o caso do padre João Dias de Quadros Aranha: redator do **O Recopilador**, membro da Câmara Municipal de Pouso Alegre e presidente da Defensora).

Isso revela a ampla rede que foi montada em todo o Brasil. Uma organização civil articuladora, com capacidade de fortalecer a opinião pública e pressionar instituições em favor da causa que a elite política, econômica e social da época abraçou: ordem e moderação. Uma poderosa organização que servia de esteio, veículo conformador de opiniões, articuladora de ações, como uma teia espalhada por todo o país, em favor de uma causa considerada fundamental para o futuro da jovem nação.

No mesmo sentido das Defensoras, atuaram os primeiros jornais surgidos no extremo sul de Minas. Três merecem destaque especial, seja porque foram os primeiros criados na região, seja porque buscaram inspiração no **Aurora**, combateram o mesmo inimigo e perseguiram os mesmos objetivos.

O padre e deputado José Bento criou em Pouso Alegre o quinto jornal de Minas e o primeiro do sul de Minas. Ele foi editado em sua tipografia, a primeira da região e se chamava **O Pregoeiro Constitucional**. Apareceu num momento em que Pouso Alegre nem vila era. Surgiu no dia sete de setembro de 1830 e foi publicado até meados de 1831. A época da sua publicação é a da grande crise político-institucional que opõe o imperador e seus aliados aos brasileiros. A oposição brasileira critica o imperador pelo seu autoritarismo, pela sua recusa em governar com a maioria

²² VALLADÃO, Alfredo. **Vultos nacionais**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1955, p. 83.

²³ QUEIRÓS, Amadeu de. **O senador José Bento**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1933, p. 51.

parlamentar, hegemonizada por ela, que brande os ideais do liberalismo. A conjuntura crítica da época incendeia as discussões políticas e as controvérsias no parlamento, agita a opinião pública e os jornais. Essa conjuntura crítica, a oposição liberal a D. Pedro, está expressa nas páginas do jornal do padre e deputado José Bento. **O Pregoeiro Constitucional** reflete os ideais do **Aurora Fluminense** e se posta com clareza e resolução contra o autoritarismo de D. Pedro. Examinando alguns de seus números fica clara a sua orientação. A título de exemplo seguem algumas citações. O Pregoero Constitucional, nº 10 de 09/10/1830, afirma: “Nossa felicidade é filha da liberdade, esta nasce das instituições políticas consagradas no nosso pacto fundamental, nasce das discussões parlamentares”. No número seguinte, ele faz uma interessante comparação entre povos livres e escravos, franceses e ingleses os primeiros, turcos o segundo. Para os primeiros há o governo da lei, sustentado na constituição e na separação de governo e sociedade civil. Para os segundos há a tirania, o governo pessoal, a confusão dos níveis governo e sociedade civil. Faz várias considerações e termina com a evocação: “Conservemos, pois, ó brasileiros, a nossa constituição, sem que nos retrogrademos do avanço posto em que nos achamos, e senão adeus Pátria, adeus liberdade”.

No número seguinte, de 16 de outubro de 1830, nº 12, toca numa questão fundamental, que já era ponto de divergência entre a oposição e D. Pedro, a respeito do governo parlamentar. A nação é o guia para o soberano, que deve auscultar a opinião pública, identificada com a opinião da elite econômica e política: “O soberano deve mais que tudo render-se à opinião pública como principal e único assento da sua autoridade... todas as obrigações de um soberano se encerram em uma só, e é – promover pelos meios possíveis a felicidade da nação que para isso o tem revestido de seus poderes”.

No número seguinte, de 20 de outubro de 1830, fala da absolvição de Cipriano Barata, do regozijo, do desfile, das bandas de música, do baile até de madrugada e dos fogos. Faz referência à França e à sua revolução de julho que derrubou o tirano Carlos X.

Em um número posterior, já expressa o mal-estar que opõe a oposição da elite brasileira ao ministério pessoal de D. Pedro: “Mas já baqueou esse ministério... Mas se

não temos razões muito palpáveis, que se nos prepara algum mal, ao menos podemos afirmar que o atual ministério tem feito pouco caso da opinião pública”.²⁴

Acompanha a queda do ministério Barbacena, que foi um aceno de D. Pedro à conciliação com os brasileiros, uma vez que ele era um elemento de sua confiança. A sua demissão pelo imperador foi um marco no sentimento da elite brasileira em relação à impossibilidade de solucionar de forma pacífica o conflito. Afirma:

O ministério que acaba de ser demitido produziu nos brasileiros esperanças de melhor regímem; os periódicos liberais unanimemente o confessam ... Brasileiros! Choremos sobre as desgraças de nossa pátria, mas não desfaleçamos; unidos defendamos esta mesma pátria, que parece para nós uma terra estrangeira, em que impunemente somos insultados, em que a liberdade conta inimigos... nós não queremos inculcar idéias subversivas, mas só queremos que os soldados da pátria estejam prontos a cumprir seu dever quando necessário seja ... mineiros, alerta; rebatei o despotismo, se entre nós ele aparecer.²⁵

Poucos dias depois, nº 21, de 17 de novembro de 1830, volta à carga contra o senado, baseando-se no **Aurora**, contra a sua morosidade e tergiversação, num clima de exasperação: “Senadores do império constitucional do Brasil, mandatários de uma nação livre e soberana, despertai desse sono de tão mal presságio, a pátria clama por vosso zelo, a pátria clama por vosso dever, por seus direitos; é preciso não apurar a sua paciência”.

Na mesma esteira do **Pregoeiro** e do **Aurora**, começa a ser publicado em Campanha, no dia sete de abril de 1832, primeiro ano da abdicação de D. Pedro e da instalação da regência, o jornal **Opinião Campanhense**, editado por Bernardo Jacinto da Veiga, irmão de Evaristo, que mais tarde será presidente da província de Minas Gerais por duas vezes. As ligações pessoais com Evaristo e a defesa das mesmas idéias fazem do jornal um baluarte no sul de Minas da defesa do governo regencial, do grupo moderado que buscava frear o carro revolucionário, construir a ordem social e política e

²⁴ **Pregoeiro Constitucional**, nº 15, de 27 / 10 /1830. Por contraponto a seguir vem o elogio da câmara como o lócus do patriotismo e representação da nação.

²⁵ **O Pregoieiro Constitucional**, nº 19, de 10/11/1830. Daqui para frente já se percebe o tom mais agressivo do jornal, expressando a agudização do conflito que levará ao sete de abril de 1831. Mais adiante o jornal tece críticas ao senado, conservador, contrário à câmara, representante da nação, eletiva e temporária. Também critica a preocupação do imperador com os negócios da política portuguesa em crise, envolvendo sua filha, Maria da Glória, e seu irmão, D. Miguel. São pontos que os liberais no parlamento e na imprensa dirigem ao imperador, prenunciando o agravamento do conflito.

institucionalizar a revolução do sete de abril. Sua postura transparece no aforismo que acompanha o jornal em todos os números: “Um povo não pode conservar uma forma de governo livre e a felicidade que resulta da liberdade, senão por uma adesão firme e constante às regras de justiça e moderação”.

O **Opinião Campanhense** foi editado de sete de abril de 1832 a agosto de 1837, quando outra era a conjuntura política do país. Por fim, a mesma tipografia que, em Pouso Alegre, editou o **Pregoeiro Constitucional**, editou de seis de fevereiro de 1833 a dezoito de agosto de 1837 o jornal **O Recopilador Mineiro**, também ele sob a direção de José Bento, engajado na luta que unia os moderados. Sua divisa era: “Consentir que a perfídia, a traição e o despotismo ofendam a liberdade, é um crime!”.

O seu momento mais importante foi durante a sedição militar de Ouro Preto, de março a maio de 1833, quando, duas vezes por semana, noticiava os acontecimentos, as publicações da Câmara Municipal de Pouso Alegre e inflamava o ardor cívico da população.

Alcir Lenharo analisa assim o Recopilador:

Através do Recopilador Mineiro, que pude analisar em alguns de seus exemplares, constata-se a reimpressão constante de editoriais e matérias variadas do Aurora, através dos quais o jornal de Evaristo visava injetar um direcionamento político partidário específico; buscava internalizar entre a população interiorana uma carga informativa que criasse o consenso entre o poder central no Rio de Janeiro e a classe proprietária do centro sul.²⁶

Os três jornais tematizavam a questão política. Aparecem em suas páginas os conflitos políticos, a denúncia dos que eram estereotipados como inimigos da pátria, o incentivo à união em apoio ardoroso ao governo regencial, à lei, ao herdeiro do trono, questões de política provincial. Não há discussão de outras temáticas. A discussão da escravidão nunca apareceu em suas páginas, apesar de se tratar de jornais liberais. Para os que os escreviam, liam e se filiavam às mesmas idéias liberais, não era um assunto posto. Não vislumbravam um outro caminho em que ela estivesse ausente. Era uma instituição antiga, estava ali à vista de todos e pronto. Se era um mal, pior, talvez, fosse sua abolição imediata, como D. Pedro I deixou claro em carta póstuma publicada pelo jornal **O Recopilador Mineiro**, nº 220, de 15 de abril de 1835:

²⁶ LENHARO, Alcir. **As tropas da moderação**: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1808-1842. São Paulo: Símbolo, 1979, p. 124.

A escravidão é um mal, e um atentado contra os direitos e a dignidade da espécie humana: mas as suas conseqüências são menos danosas aos que padecem o cativo, do que à nação, cuja legislação admite a escravatura. É um cancro que devora sua moralidade. Porém, essa praga, quando herdada das gerações anteriores, quando afiançada pelas leis, quando complicada com os misteres da produção, não pode ser sanada violentamente, sem que a existência social periguesse.

D. Pedro expressa o modo de pensar da elite brasileira, para quem a escravidão era uma herança profundamente inserida na vida social e cultural, sem a qual era inviável o país, que dela dependia. Se era assim, o problema de compatibilizar a consciência liberal com o instituto da escravidão estava solucionado.

CONCLUSÃO

Esse conjunto de fatores englobando a ação das Defensoras, o trabalho da imprensa regional, a ação dos políticos, todos ligados às ações e idéias do grupo moderado na Corte, desejoso de construir a ordem social e política, capitaneados por Evaristo da Veiga, transformou a elite econômica e política do sul de Minas em uma força conservadora, governista, avessa aos aventureirismos anarquistas dos exaltados e restauradores, como ela assim os entendia, pronta a combater pela ordem, nos quadros de um liberalismo moderado e, na medida em que passava o tempo, mais e mais conservador. Essa constitui uma forte e grande experiência que marcou profundamente sua consciência social e política. Ela se sente corresponsável pelo governo e pela manutenção dos valores que todos eles cultivavam: a supremacia da lei, a integridade territorial, o progresso econômico no quadro do liberalismo e a manutenção da escravidão e de toda a ordem social como foi herdada da colônia. Essa contradição sob as asas do liberalismo foi a de toda a elite brasileira. O programa liberal para ela significava a manutenção das relações comerciais externas livres e o oferecimento de um conjunto de instituições políticas inibidoras do absolutismo e da opressão aos seus ideais. Se alguns de seus membros tocavam na questão das relações de produção internas, no sentido de discutir a escravidão, não encontravam eco e acabavam por pregar no deserto.

Os embates políticos oriundos do processo de estruturação do Estado Nacional no Brasil marcaram quase toda a primeira metade do século XIX. Em fins da década de 40 completou-se a obra da sua institucionalização sob os auspícios do ideário

proveniente do Regresso no final dos anos 30, com a derrocada das propostas liberais no início da época regencial. Ao término, o país havia consolidado a sua estrutura política e social de feição conservadora e centralizada.

A década de 40 assistiu à “pacificação” do país. A cadeia institucional e judiciária estava estruturada. Para Joaquim Nabuco, a lei de 3 de dezembro de 1841 vai manter a solidez do império e o garantirá por 40 anos.

A sociedade assiste à rápida ascensão da economia cafeeira e à instalação das condições para o boom econômico dos anos 50.

Uma outra ordem de preocupações prioriza a atuação política doravante. Trata-se de enfrentar a grave questão do tráfico de escravos, de dotar o estado de uma legislação econômica mais moderna e burilar a legislação eleitoral, entre outras.

As grandes preocupações que estiveram presentes na pauta das discussões políticas, desde a independência, passando pela regência, até os primeiros anos do segundo reinado, pareciam superadas. O Estado Nacional se consolidou, a integridade territorial foi mantida, a ordem social tradicional e política, preservada.

Uma nova geração política, fruto de outro tempo, com outras problemáticas, vai conduzir o debate público sob o olhar que tudo vê: D. Pedro II e o seu Conselho de Estado.

Em todos esses momentos os setores socialmente hegemônicos no sul de Minas estiveram presentes nas lides políticas que a todos abarcava. Ao fazê-lo, além de partícipes de um processo fundamental para o destino do país, estruturaram um tipo de consciência política definida pela adesão à legalidade, pela oposição intolerante às revoltas e sedições e aos que as empreendiam, tornando-se, desta forma, um baluarte seguro das forças que empresaram a construção do Estado Nacional nos moldes definidos pelos moderados e, depois, pelos regressistas.

Ligada às peripécias políticas e econômicas centrais, a sociedade no sul de Minas também muda. Vai continuar ligada por muito tempo à economia da Corte, mas as atribulações políticas dos tempos anteriores cederam lugar à hegemonia dos conservadores, ou, secundariamente, aos liberais, que em quase nada diferiam dos adversários.

As ligações com a política provincial e nacional, fáceis de serem desfeitas ao sabor das contendas políticas e as rixas pessoais é que dão o tom da prática política

doravante: “A caída ou a ascensão do prestígio de um desses dois partidos predominantes, situação de que era termômetro a organização ministerial, refletia nos municípios de maneira acentuada, às vezes tumultuosa”.²⁷

A sociedade no sul de Minas, após a década de 40, entrou num outro estágio. Suas instituições políticas estão estruturadas, sua economia já consolidou o perfil agrário, dedicado à produção para a subsistência local e para a venda nos mercados vizinhos, paulistas e da Corte, a sua população cresceu fortemente.

O que não mudou no sul de Minas foi a ação e o pensamento político conservadores, governistas, baseados na hegemonia dos coronéis, tenentes-coronéis e capitães da guarda nacional, todos ricos proprietários de terra, dividindo espaço com os grandes comerciantes, que muitas vezes se tornam proprietários de terra, ao lado de magistrados, profissionais liberais e outras autoridades, juntos formando a elite econômica, social e política na região, plenamente integrados à política e sociedade imperiais.

A forma como pensaram, se organizaram e agiram politicamente as elites sul-mineiras foi, por muito tempo, tributária dos acontecimentos analisados neste artigo. Por força da sua estreita relação econômica com a Corte, e pela circunstância de ter sido envolvida no processo de ruptura do estatuto colonial, a que não se furtou em qualquer momento, elas experimentaram de forma pujante os desafios postos pela constituição do Estado e da Nação brasileiros. Processo crítico, instável, conflituoso em todos os lugares onde ocorreu, mas, justamente por isso, exigente e possibilitador de grandes ações, heróicas umas, dramáticas outras, embora todas carregadas de densidade e significação.

²⁷ GUIMARÃES, Armelim. **História de Itajubá**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1987, p. 251.